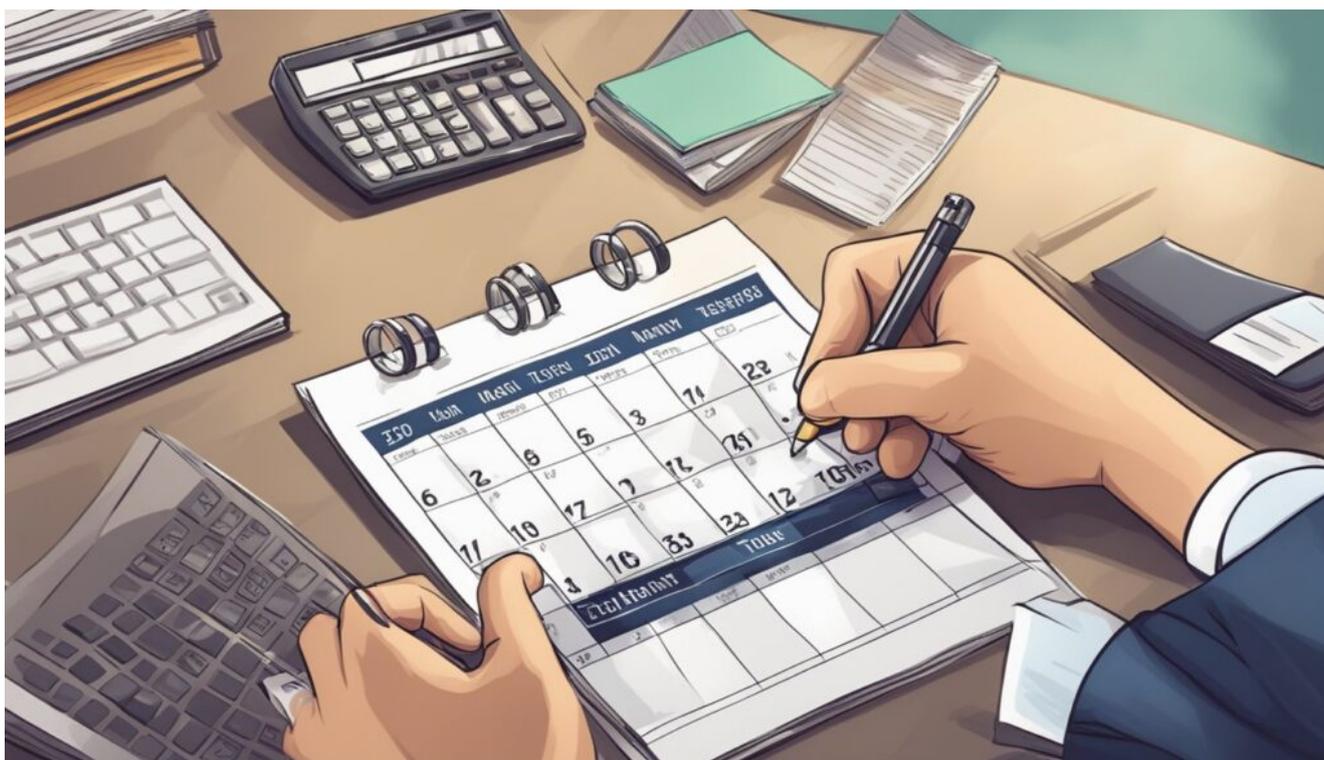


Artigo 10 Código Penal Comentado: Contagem de prazo – Entenda as regras e implicações legais

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | agosto 9, 2024



O Artigo 10º do Código Penal brasileiro estabelece as regras fundamentais para a contagem de prazos no âmbito do direito penal. Esse dispositivo legal é crucial para a compreensão e aplicação correta dos prazos em processos criminais, afetando diretamente os direitos e garantias dos cidadãos envolvidos em questões penais.

A contagem de prazo no direito penal inclui o dia do começo,

diferentemente do que ocorre no direito processual. Essa distinção é essencial para advogados, juízes e demais operadores do direito, pois impacta diretamente no cálculo de prazos prescricionais, de cumprimento de pena e outras medidas legais relevantes.

A [aplicação do Artigo 10º](#) envolve a utilização do calendário comum para a contagem de dias, meses e anos. Isso garante uma padronização na interpretação temporal das normas penais, promovendo segurança jurídica e uniformidade na aplicação da lei.

Principais Considerações

- A contagem de prazo no direito penal inclui o dia do início
- Utiliza-se o calendário comum para contar dias, meses e anos
- A correta aplicação do Artigo 10º é crucial para a garantia de direitos no processo penal

Fundamentos do Artigo 10º



O Artigo 10º do Código Penal estabelece regras essenciais para a contagem de prazos em matéria penal. Ele define como os dias, meses e anos são computados, afetando diretamente a aplicação de penas e prescrições.

Definição Legal do Prazo

O Artigo 10º determina que [o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo](#). Esta regra é fundamental para entender quando um prazo legal começa e termina no direito penal.

A contagem segue o calendário comum, sem distinções para dias úteis ou não úteis. Isso difere do direito processual, onde feriados e fins de semana podem alterar o término do prazo.

Meses e anos são contados de data a data, independentemente do número de dias em cada mês. Por exemplo, um prazo de um mês iniciado em 31 de janeiro terminará em 28 ou 29 de fevereiro, dependendo do ano.

Aplicação do Artigo no Código Penal

A aplicação do Artigo 10º é crucial em diversas situações previstas no Código Penal. [Na contagem de prazos](#)

[prescricionais](#), por exemplo, o dia do crime é incluído no cômputo, influenciando diretamente quando a pretensão punitiva do Estado se extingue.

O artigo também impacta a contagem de penas temporárias. O primeiro dia de cumprimento da pena é contabilizado, mesmo que o condenado ingresse no sistema prisional à noite.

Em casos de suspensão condicional da pena ou livramento condicional, a contagem do prazo de prova inicia-se no dia em que o benefício é concedido, seguindo estritamente a regra do Artigo 10º.

Estrutura da Contagem do Prazo



A contagem de prazo no direito penal segue regras específicas que diferem do âmbito processual. É crucial entender como se inicia e se calcula esse prazo para garantir a correta aplicação da lei.

Prazo Penal versus Prazo Processual

No direito penal, a [contagem dos prazos inclui o dia do](#)

[começo](#), diferentemente do que ocorre no direito processual. Essa distinção é fundamental para o cálculo correto de prazos relacionados a penas, prescrição e decadência.

Os prazos penais são contados de forma contínua, sem interrupção nos fins de semana ou feriados. Isso se aplica a todos os prazos materiais previstos no Código Penal.

No âmbito processual, por outro lado, os prazos geralmente excluem o dia do começo e consideram apenas dias úteis, conforme as regras do Código de Processo Penal.

Momento de Início da Contagem

O início da contagem do prazo penal é determinado pelo [dia em que os fatos ocorreram](#), independentemente de ser dia útil ou feriado. Essa regra aplica-se a todos os prazos de direito material penal.

Para prazos processuais, a [Súmula 710 do STF](#) estabelece que a contagem se inicia na data da intimação, não da juntada do mandado aos autos.

É essencial observar essa diferença para evitar equívocos na contagem de prazos, especialmente em casos que envolvem tanto aspectos materiais quanto processuais do direito penal.

Excepcionalidades na Contagem de Prazo

A contagem de prazo no direito penal brasileiro possui certas particularidades que podem alterar seu curso normal. Essas exceções são fundamentais para a correta aplicação da lei e garantia dos direitos do acusado.

Suspendibilidade da Contagem

A suspensão da contagem de prazo ocorre quando há uma pausa

temporária no seu decurso. Durante esse período, o prazo não corre, mas retoma de onde parou quando a causa da suspensão cessa.

Casos de suspensão incluem:

- Incidente de insanidade mental do acusado
- Questões prejudiciais
- Embargos de declaração

A suspensão não anula o tempo já decorrido. Quando o prazo volta a correr, considera-se o período anterior à suspensão.

Casos de Interrupção do Prazo

A interrupção do prazo, diferentemente da suspensão, zera a contagem quando ocorre. Após a interrupção, o prazo recomeça do zero.

Situações que interrompem o prazo:

- Recebimento da denúncia ou queixa
- Pronúncia
- Decisão confirmatória da pronúncia

É importante notar que a contagem dos prazos materiais penais segue regras específicas. O dia do começo é incluído na contagem, diferentemente dos prazos processuais.

Implicações Práticas e Jurisprudência



A [contagem de prazo no direito penal](#) tem implicações significativas na prática jurídica. O Artigo 10º do Código Penal estabelece que o dia do começo é incluído no cálculo, diferenciando-se da contagem processual.

Esta regra afeta diretamente o cálculo de prazos importantes, como:

- Prescrição da pretensão punitiva
- Decadência
- Duração das penas

Os tribunais têm aplicado consistentemente esta norma. Em decisões recentes, o Superior Tribunal de Justiça reafirmou a importância de se observar a contagem correta dos prazos penais.

A [interpretação do Artigo 10º](#) tem impacto direto na garantia dos direitos dos réus e na eficácia da persecução penal. Uma contagem equivocada pode levar à extinção da punibilidade ou à manutenção indevida de processos.

Advogados e operadores do direito devem estar atentos a esta

peculiaridade do direito penal material. A correta aplicação da regra é essencial para assegurar a justiça e a segurança jurídica nos processos criminais.

Perguntas Frequentes

A contagem de prazos no processo penal brasileiro segue regras específicas estabelecidas pelo Código Penal. Essas regras afetam diversos aspectos, desde a prescrição até a intimação, e é crucial entendê-las para garantir o devido processo legal.

Como são contados os prazos no processo penal conforme o Código Penal Brasileiro?

No direito penal material, os prazos são [contados incluindo o dia do começo](#). Isso se aplica a prazos relacionados a penas, prescrição e decadência.

Os dias, meses e anos são contados pelo calendário comum, diferentemente dos prazos processuais.

Em que situações os prazos processuais são contados em dias úteis no processo penal?

Os prazos processuais penais geralmente não são contados em dias úteis. Eles seguem a regra de contagem contínua, incluindo finais de semana e feriados.

Exceções podem ocorrer em determinadas situações específicas, como prazos para recursos em juizados especiais criminais.

Qual a influência dos feriados na contagem de prazos no processo penal?

Feriados não interrompem a contagem de prazos no processo penal. A contagem continua normalmente, incluindo feriados e

fins de semana.

Se o prazo terminar em um dia não útil, ele será prorrogado para o próximo dia útil.

Como proceder na contagem de prazo para intimação quando ocorre em uma sexta-feira?

Quando a intimação ocorre em uma sexta-feira, o prazo começa a correr no primeiro dia útil seguinte, que seria a segunda-feira.

A contagem segue normalmente a partir desse dia, incluindo os dias não úteis no decorrer do prazo.

De que maneira a juntada de um mandado afeta os prazos no processo penal?

A juntada do mandado aos autos marca o início da contagem do prazo processual. Este momento é crucial para determinar quando o prazo começa a correr.

É importante verificar a data da juntada para calcular corretamente o término do prazo.

Quais são as regras para a contagem do prazo de prescrição da pena no direito penal?

O prazo de prescrição da pena no direito penal [segue a regra de inclusão do dia do começo](#). A contagem é feita em anos, meses ou dias, conforme estabelecido pelo Código Penal.

O prazo varia de acordo com a pena máxima prevista para o crime e começa a correr a partir do dia em que o crime se consumou.